

## 1. Alguns momentos destacados do processo preparatório da CMCR, no Brasil

### a) A visita da Alta Comissaria da ONU para os Direitos Humanos

Os primeiros embates, no Brasil, com relação à Conferência Mundial contra o Racismo começaram em maio de 2000, por ocasião da visita ao país da Alta Comissaria das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Mary Robinson. Naquele momento, o centro da discussão era a realização da Conferência Regional (Latino-americana ou Interamericana) aqui no Brasil. Um grupo expressivo de organizações do movimento negro e de mulheres negras defendia que esta conferência fosse sediada aqui, e o governo brasileiro resistia à proposta.

A agenda de Mary Robinson contemplou audiências com o Presidente da República e outras autoridades governamentais, bem como grupos de representantes de diferentes organizações dos movimentos negro, dos povos indígenas, dos sem terra, dos ambientalistas, com a Articulação de Mulheres Brasileiras, com o Observatório da Cidadania, entre outros. A Alta Comissaria não poupou esforços para tentar viabilizar a realização da Conferência Regional no Brasil, mas, não teve sucesso.

### b) A posição oficial do Brasil no I PrepCom

Em meados do ano 2000, realizou-se a primeira reunião do Comitê Preparatório (I Prepcom) da Conferência Mundial. Naquela oportunidade, o governo brasileiro assumiu, perante as Nações Unidas, a sua "impossibilidade" de realizar a conferência regional no país. @s representantes de ONG's do movimento negro e de mulheres negras brasileir@s que estavam presentes ao evento protestaram contra esta decisão governamental. A Conferência Regional terminou por se realizar em Santiago, no Chile.

### c) À frente, sai Palmares e entra SEDH

O processo preparatório nacional da Conferência Mundial contra o Racismo deslança mesmo após o I Prepcom, sob o comando, a nível governamental, da Fundação Cultural Palmares. Mas em setembro, a Secretaria de Estado de Direitos Humanos toma a frente do processo, e constitui o Comitê Nacional Preparatório à CMCR. O Comitê, presidido pelo Secretário Embaixador Gilberto Saboya, é integrado por 17 representantes de organismos governamentais (inclusive a Fundação Cultural Palmares) e por 17 pessoas de notória atuação nas áreas afetas à Conferência.

### d) Os seminários, as conferências estaduais e nacional preparatórias promovidas pelo governo

A Fundação Cultural Palmares promoveu 8 seminários nacionais temáticos. Também aconteceram 3 seminários nacionais preparatórios promovidos pelo Comitê Nacional e 5 outros promovidos pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher em parceria com Conselhos Estaduais e com a Articulação de ONG's de Mulheres Negras. Este processo se encerra com a realização de várias conferências estaduais, que convergem para a Conferência Nacional contra o Racismo e a Intolerância, realizada de 6 a 8 de julho, no Rio de Janeiro.

Foram, portanto, aproximadamente 30 eventos promovidos pela esfera governamental, com a participação de organizações da sociedade civil, na sua maioria dos movimentos negro e de mulheres negras, e em menor número de outros segmentos, destacando-se os movimentos de mulheres, GLT e indígena. Trata-se de algo inédito, dado que nenhuma Conferência do Ciclo Social das Nações Unidas, durante toda a década passada, contou com a disposição do governo nesta mesma medida.

O processo preparatório da Conferência Mundial sobre a Mulher, por exemplo, contou com cinco Seminários Nacionais promovidos pelo governo brasileiro. Todos os outros esforços foram de iniciativa exclusiva das organizações do movimento de mulheres, que realizaram conferências em 24 unidades da federação, além de uma conferência nacional, contando para tanto com a disposição de militância e com o apoio da cooperação internacional, notadamente da Fundação Ford.

Em que pesem as inúmeras discussões e propostas apresentadas pelas organizações da sociedade civil neste processo, o que temos como compromisso do governo brasileiro é o que foi assinado na Conferência Interamericana, em Santiago do Chile. Como, com que recursos, que unidades da administração pública federal se encarregarão de cumpri-los, e quando, são algumas questões que continuam sem resposta até o momento.

## **2. A construção da Conferência a nível Regional e Global**

### **a) A Conferência Interamericana, de Santiago**

Em novembro de 2000, realizou-se, em Santiago do Chile, a Conferência Interamericana. O Fórum de ONG's que a precedeu contou com uma expressiva participação de [brasileir@s](mailto:brasileir@s). Éramos mais de uma centena, na sua quase totalidade, ativistas dos movimentos negro e de mulheres negras. A Declaração e o Plano de Ação aprovados respondem a muitas das demandas apresentadas pelos movimentos negro e de mulheres negras. Várias questões absolutamente centrais para estes movimentos são contempladas como, por exemplo, a condenação do tráfico transatlântico de escravos, a necessidade de reparação e de adoção de ações afirmativas, entre outras. Também são reconhecidas as diferentes formas de múltiplas discriminações a que estão submetidas as mulheres, e as discriminações em razão da orientação sexual, entre várias outras questões da maior importância.

Este documento, como também o que está sendo discutido para a Conferência Mundial, apresenta um diagnóstico sobre o racismo e a discriminação nas Américas, define quem são as vítimas destas discriminações, bem como os grupos vulneráveis; e recomenda aos Estados Nacionais, instâncias de Governo Regionais e Globais; às Instituições

Financeiras Multilaterais; bem como às organizações da sociedade civil as ações a serem adotadas com vistas à superação da situação.

De todas as Declarações e Planos de Ação aprovados nas diferentes regiões do mundo, o firmado em Santiago do Chile traz os posicionamentos mais avançados no que se refere aos afrodescendentes e às discriminações por orientação sexual. Como são estes documentos regionais que dão base ao documento global, a ser aprovado em Durban, a defesa firme dos acordos consagrados no Chile tanto nos Prepcom, quanto na própria Conferência são fundamentais.

#### b) Os embates globais e os grupos de negociação entre governos

O GRULAC - Grupo Latino-americano e Caribenho, ao qual o Brasil pertence, vem tendo no espaço global uma atuação destacada na defesa dos compromissos firmados na Conferência Interamericana de Santiago, realizada em novembro do ano passado. Os EUA e o Canadá fizeram parte da Conferência de Santiago, mas não têm honrado os acordos feitos no Chile.

Os outros grupos de negociação constituídos no âmbito global pelas representações governamentais são os seguintes: Grupo Ocidental (composto pelos países da União Européia, EUA, Canadá, Nova Zelândia e Austrália); o Grupo Africano; e o Grupo Asiático. Estes grupos atuam sobre os principais focos de polarização, quais sejam:

- reconhecimento do tráfico transatlântico de escravos como um crime de lesa humanidade e respectiva adoção de medidas de reparação;
- migrações internacionais, cada vez mais intensas, em razão da nova (des)ordem econômica mundial;
- reconhecimento dos povos indígenas em sua autodeterminação e direito a suas terras;
- enfrentamento dos conflitos étnicos e religiosos em diferentes pontos do planeta (discussão que explode sempre que a Palestina se apresenta);
- reconhecimento da segregação e opressão promovidas pelas estruturas de castas como forma de apartheid;
- reconhecimento das relações entre o passado colonial e o racismo, e das expressões contemporâneas de discriminação, racismo e xenofobia.

#### c) Os grupos de pressão da sociedade civil no âmbito global

Para a defesa de direitos em nível global são necessárias articulações internacionais, regionais ou globais. @s ativistas da sociedade civil vind@s de diferentes partes do mundo organizam-se em grupos de pressão, chamados de Caucus - por temas e/ou identidades específicas, entre os quais destacamos o Caucus Global de Mulheres; de Afrodescendentes; de Povos Indígenas; e sobre Castas, Migrantes, Orientação Sexual,

Pobreza e Racismo, entre tantos outros. Há também Caucus Regionais, como os da América Latina e Caribe; o da África; e o da Ásia-Pacífico.

Para além dos Caucus, várias redes e fóruns inter-regionais e globais atuam durante todo o processo. É o caso, por exemplo, da Aliança Estratégica Latino-americana e Caribenha, de Afrodescendentes, da Rede Global de Defesa dos Direitos Humanos das Mulheres, da Rede Latino-Americana e Caribenha de Mulheres Negras; do Caucus Global por Justiça Econômica e de Gênero; o Social Watch etc. Há que se mencionar ainda o Fórum Global de Africanos e Afrodescendentes, que foi constituído em Genebra, no transcurso das difíceis e complexas negociações do II PrepCom.

#### d) O II PrepCom - muitas batalhas, poucos avanços

Cerca de 30 brasileir@s, representando articulações, redes e ONG's acompanharam os trabalhos do II PrepCom e se integraram a diferentes Caucus. Quem esteve em Genebra, presenciou mais um penoso processo de discussão. A má qualidade técnica e política do texto original não contribui para facilitar os consensos que, em si, já se apresentam como uma obra de engenharia complicada na ONU. Razão pela qual foi constituído o G-21 (Grupo dos 21), com mandato para apresentar uma nova proposta de sistematização do texto. Este grupo é integrado pelas delegações da África do Sul e por 5 representantes de cada um dos 4 grupos de negociação, quais sejam: o Latino-americano e Caribenho (GRULAC), Grupo Ocidental, Grupo Asiático e Grupo Africano.

O G-21 funcionou durante o II PrepCom e depois seguiu trabalhando por mais três semanas para concluir o trabalho de sistematização do documento. No último dia de trabalho do G 21, em Genebra, os EUA questionaram o texto que havia sido construído, alegando que o grupo não tinha mandato para fazer o que fez. Se a delegação norte-americana não mudar de idéia, esta será, com certeza, a primeira batalha que deverá ser enfrentada no III PrepCom.

#### e) O que vem pela frente - III PrepCom

Estamos a poucos dias da III Prepcom. Trata-se de um momento crucial do processo preparatório, dado que estamos nos encaminhando para esta etapa final sem que a discussão tenha conseguido ultrapassar as primeiras páginas das mais de cem que compõem Declaração e do Plano de Ação a serem aprovados em Durban, em setembro.

Para se ter uma noção do grau de dificuldade das negociações que vão acontecer neste espaço, basta ler um dos primeiros parágrafos do documento do G-21, que será submetido ao III Prepcom. Não há qualquer acordo sobre o texto que se segue, ele está integralmente entre colchetes:

*"[A Conferência Mundial reconhece que a escravidão, o tráfico de escravos, o colonialismo e o apartheid são as principais origens históricas e manifestações do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e das intolerâncias correlatas, e que os africanos e os povos de descendência africana, os povos de origem asiática, e os povos*

*indígenas é que foram e continuam sendo as vítimas das suas conseqüências, e urge aos Estados e à comunidade internacional a adotar medidas corretivas para reverter e superar as conseqüentes marginalização, pobreza, subdesenvolvimento e exclusão social que ainda afetam muitos dos povos em várias partes do mundo, em particular nos países em desenvolvimento.]”*

A sistematização produzida pelo G-21 define como vítimas e grupos vulneráveis ao racismo, à discriminação racial, xenofobia e intolerâncias correlatas: a) Africanos e pessoas de descendência africana; b) Indígenas; c) Migrantes; d) Refugiados; e) outras vítimas, onde estão os migrantes sem documentação; as pessoas que são traficadas, citando especialmente o tráfico para a prostituição, e o tráfico de mulheres e crianças; ciganos; minorias raciais, étnicas, lingüísticas e religiosas; mulheres indígenas, asiáticas, afrodescendentes; migrantes e pertencentes a outros grupos desvantajados; mulheres e meninas vítimas de violência sexual em conflitos armados.

O documento, no parágrafo que abre esta seção sobre as vítimas é elucidatório da dificuldade política de defini-las, em especial reconhecer as múltiplas formas de discriminação a que estão sujeitas. Por isto, a última parte do parágrafo que se segue está entre colchetes:

*“Urge os estados a tomar medidas especiais para proteger, em particular, pessoas e grupos vulneráveis, afetados ou vítimas do racismo, da discriminação racial, xenofobia e intolerâncias correlatas que estão, além disso, sujeitos a outras/múltiplas formas de discriminação [em razão de gênero, idade, origem nacional, orientação sexual, condição social ou econômica, deficiência física ou mental, estado de saúde, crença religiosa ou qualquer outra condição que sujeite à discriminação].*

Os parágrafos acima citados estão nas três primeiras páginas do documento proposto pelo G-21. Há que se avançar na negociação sobre estes pontos posto que, da forma como está estruturado o rascunho do Plano de Ação e a Declaração, a definição sobre quem são as vítimas é central. Todas as medidas a serem adotadas pelos governos nacionais, pelas instâncias regionais e globais, e as recomendações às instituições financeiras multilaterais e à comunidade internacional derivam destas definições, já que estas medidas dirigem-se à reparação das vítimas, a superação das suas condições de desvantagem; e à eliminação das discriminações.

#### f) África do Sul, a etapa final

O que o III PrepCom não conseguir resolver, irá para África do Sul. É de se esperar que as questões mais duras só sejam resolvidas lá mesmo, mas é necessário que uma grande parte dos problemas já tenham sido solucionados, que haja acordo sobre boa parte do rascunho que, até agora, sequer foi discutido, lido, uma vez que seja, pelo conjunto das delegações.

Há que se ler todos os parágrafos, e a cada um deles, inevitavelmente, são feitas emendas. As emendas são discutidas, acordadas ou, quando isto não é possível,

colocadas entre colchetes, para que sejam feitas as negociações e se retorne à discussão mais adiante. Pouco a pouco, os colchetes vão caindo e ficando apenas aqueles sobre os quais o acordo é muito difícil. Ao final, o que não foi possível consensuar cai. O tempo é, portanto, o bem mais caro de uma Conferência Internacional, é a principal força de pressão que os grupos de negociação têm um sobre o outro.

Se o III PrepCom não conseguir avançar o bastante e o tempo em Durban for pouco para solucionar as questões, os riscos serão muito grandes. Neste caso, é possível que a Conferência fracasse, ou seja, que não consiga aprovar uma Declaração e um Plano de Ação Mundial; ou o que é mais provável, que se aprove às pressas o documento, não no último minuto da prorrogação, mas depois dele, na base da "morte súbita" e aí, como sempre, ninguém sabe qual será o resultado.

JULHO/2001